

A Escolha dos livros escolares

Graciano de Oliveira

Universidade Lusófona, Lisboa

O problema da qualidade dos livros escolares tem sido agitado desde há muito. Nunca se encontrou solução.

Já se pôs a hipótese, recentemente renovada, de o Ministério da Educação criar uma comissão de sábios para decidir quais os bons, e, por exclusão de partes, quais os maus livros escolares.

Interesses económicos reagiram de imediato com desagrado. Percebem-se as razões e não é a primeira vez que tal acontece. Já foram feitos estudos cujos resultados nunca viram a luz do dia, não se sabe bem porquê. Mas imagina-se. Há muitas forças que não gostam de comissões de sábios, detestam prémios, vêem com maus olhos recensões críticas, a tudo preferindo as técnicas do marketing. Mas além dos interesses económicos há outros que não são menos legítimos. Por isso há outras maneiras de encarar o problema, há outros modos de encarar a escolha dos manuais, há outros intervenientes no jogo. As técnicas de marketing não são tudo. O estudo, a crítica, a meditação e o debate representam valores muito altos que não podem ser negligenciados e que devem desempenhar aqui um papel de primeira importância.

Temos de reconhecer que uma comissão de sábios de origem estatal tem a seu favor o estar de acordo com a nossa cultura de dependência do Estado. Mas, pode perguntar-se, não deveriam ser os professores a ter a última palavra? Os professores já são demasiado tutelados pelo Ministério, tanto no que ensinam como no modo de ensinar. Como podem ser eles os responsáveis pelo ensino e não serem responsáveis pela escolha dos livros nem dos métodos pedagógicos?

A existir uma Comissão de Sábios, os seus pareceres deveriam ser só indicativos e nunca vinculativos; deveriam constituir um elemento, para discussão, a pesar a par de outros. Os seus pareceres deveriam ser obrigatoriamente divulgados sem necessidade do beneplácito de ninguém, evitando-se assim

o veto de gaveta. A bem da transparência, a composição da comissão deveria ser bem conhecida tal como o método de nomeação dos seus membros. De preferência, não deveriam ser todos designados pela mesma entidade.

Provavelmente, os professores necessitarão de melhores condições, sobretudo de mais tempo para procederem às suas escolhas. Tempo para estudo e reflexão que, por exemplo, poderia ser retirado à burocracia, às reuniões rotineiras e inúteis. Por que não criar condições para os professores lerem e estudarem em vez de os fazer preencher fichas e organizar dossiers que servem principalmente para serem arquivados? É bom que haja muitos livros, muitas possibilidades de escolha e também muitas fontes de informação e oportunidades de confrontar opiniões.

A Comissão de Sábios poderia mesmo ser dispensável. Necessitamos de outra atitude cultural, uma atitude mais activa e menos passiva. Precisamos de quem acredite mais nas suas próprias opiniões do que nas de comissões estatais ainda que os pareceres destas (e outros) possam ser tidos em conta. Deveria haver mais leitura e mais que ler e mais oportunidades para ler. Seria desejável mais estímulo à leitura e ao pensamento autónomo e menos incentivo à dependência das directivas do Ministério. Deveria haver mais recensões, incluindo de manuais escolares, e discussões críticas. Somos pobres em jornais e revistas, somos deficientes em discussão e em debate. A diversidade é preferível à monotonia, uma vasta panóplia de escolhas é sempre uma coisa boa. Temos de deixar de confundir discordância e crítica com menos respeito ou agravo. E temos de exaltar e promover a autoconfiança, contrariando a orientação tradicional do Ministério da Educação.

Nota: Depois de ter escrito este texto, soube pela imprensa que a Assembleia da República aprovou por unanimidade (estranho!) a certificação dos manuais escolares. A unanimidade é quase sempre mau sinal...